



JESUÍTAS BRASIL

Cadernos *IHU ideias*

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 20 | nº 341 | vol. 20 | 2022

Usos do território e as cidades em transformação.
Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos

Marina Regitz Montenegro

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 20 | nº 341 | vol. 20 | 2022

**Usos do território e as cidades
em transformação. Um olhar a
partir da Geografia de Milton
Santos**

Marina Regitz Montenegro

Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP,
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo e Mestre em
Geografia, planejamento e urbanismo pela Université de la Sorbonne-
Nouvelle - Paris III



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação periódica e digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XX – Nº 341 – V. 20 – 2022
ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: PxHere | Cityscape

Revisão: Pedro Henrique Barbosa de Brito

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 20.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil



Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos

Marina Regitz Montenegro

RESUMO: A intensidade das transformações do mundo atual traz novos desafios, os quais são enfrentados pela geografia a partir da busca da compreensão do desenvolvimento geográfico desigual sob o capitalismo e dos processos e formas assumidos pela urbanização. Nessa perspectiva, reafirma-se, hoje, a potência da obra de Milton Santos para indagarmos as contradições atuais nas cidades brasileiras, em um contexto de aumento da pobreza e da emergência de novos crivos entre os circuitos da economia urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Circuitos da economia urbana. Pobreza. Globalização.

Territory uses and cities in transformation. A look from the Geography of Milton Santos

Marina Regitz Montenegro

ABSTRACT: The intensity of the changes in the current world brings new challenges, which are faced by Geography from the search for understanding the uneven geographical development under capitalism and the processes and forms assumed by urbanization. In this perspective, the power of Milton Santos' work is reaffirmed today to investigate the current contradictions in Brazilian cities, in a context of increasing poverty and the emergence of new sieves between the circuits of urban economy. I propose, in this brief essay, only one diagnosis, suggesting that medical treatment can be carried out by a more competent team of social scientists.

KEYWORDS: Territory. Circuits of urban economy. Poverty. Globalization.

Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos

Marina Regitz Montenegro

Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo e Mestre em

Geografia, planejamento e urbanismo pela Université de la Sorbonne-

Nouvelle - Paris III

O RESGATE DE UMA ECONOMIA POLÍTICA DO TERRITÓRIO

A velocidade e intensidade das transformações do mundo atual nos trazem novos desafios teóricos e metodológicos. Nesse movimento, a geografia, enquanto campo do saber, reafirma sua perspectiva de proposição de uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo ao abordar o desenvolvimento desigual contemporâneo e os processos e formas atuais assumidos pela urbanização (HARVEY, 2011).

A adoção da perspectiva em questão reafirma, por sua vez, a potência e atualidade da obra do geógrafo

Milton Santos para indagarmos as dinâmicas da formação socioespacial brasileira. Ao longo de sua trajetória, Santos guiou-se pelo esforço epistemológico para dotar a geografia latino-americana, ou ainda, a própria periferia do desenvolvimento, de categorias de análise apropriadas. Em um constante enfrentamento da fragilidade epistemológica e conceitual da disciplina, preocupação também partilhada por Yves Lacoste (1974), sistematizou categorias e conceitos internos à geografia, atendo-se, ao mesmo tempo, às dinâmicas do particular e do universal e à busca de uma ontologia do espaço geográfico. Definido a partir de usos passados e presentes do território em disputa e em coexistência, o espaço geográfico pôde ser compreendido, assim, como dinâmico, híbrido e dialético, ou ainda, como sinônimo de território usado (SANTOS, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A categoria de formação socioespacial, enquanto intermediária entre forças internas e externas, sintetizou sua proposta de análise de manifestação diferencial do modo de produção capitalista na escala do Estado Nação (SANTOS, 1977). Ao partir do princípio de que o processo de modernização seleciona determinadas frações do território nacional, Santos pôde compreender como sua dinâmica implica uma redefinição constante da organização do espaço a serviço de interesses hegemônicos. Ao impor novas divisões territoriais do trabalho, a modernização elege certas áreas e descarta outras, criando uma hierarquia entre os lugares. Daí a diferenciação entre centralidades e periferias que se realiza em diferentes escalas.

A trajetória epistemológica de Milton Santos revolucionou a compreensão do espaço geográfico e

do próprio potencial analítico da geografia. Segundo Grimm (2011), a abordagem da centralidade da técnica, o estabelecimento de diálogos com a economia política e a busca pela cidadania como práxis podem ser compreendidos como os três grandes eixos de sua jornada epistemológica. A progressiva construção de uma economia política do território e, mais especificamente, de uma economia política da cidade (SANTOS, 1994), conformam um arcabouço teórico-metodológico que nos permite reconhecer a diversidade de usos em coexistência e em disputa nas grandes cidades e suas respectivas manifestações e contradições no período atual, foco de nossa análise presente. A teoria dos circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos representa, nessa direção, um dos grandes diálogos desenvolvidos por Milton Santos com a economia política (SANTOS, 1975), retomado brevemente a seguir.

LEITURAS DA ECONOMIA URBANA DO SUBDESENVOLVIMENTO

A intensificação do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos nos anos 1960 e 1970 e a consequente conformação de uma nova realidade urbana e social levaram ao surgimento de diferentes interpretações teóricas sobre as especificidades do processo de urbanização no Terceiro Mundo. Os debates sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento nas ciências humanas, assim como sobre a permanência da pobreza e dos processos de dependência na divisão internacional do trabalho, chegavam então também à geografia.

A chamada “superurbanização” dos países perifé-

ricos, dada a velocidade da urbanização da sociedade e do território a partir de meados do século XX, adquire protagonismo nas análises da época. O crescimento da população urbana nos países subdesenvolvidos revelava-se, com efeito, muito mais acelerado e intenso do que aquele ocorrido nos países desenvolvidos. Para além do crescimento vegetativo, as migrações assumiam um peso importante nesse processo de urbanização do Terceiro Mundo que, vale ressaltar, não coincidiu, em muitos casos, com o processo de industrialização. Conforme esclarece Mabogunge (1980), malgrado a prevalência de uma visão que associava a urbanização à industrialização, esse modelo proveniente dos países centrais não se aplica ao conjunto dos países subdesenvolvidos.

As populações urbanas em ascensão dos países periféricos encontravam, então, grandes limitações na capacidade de absorção de força de trabalho por parte de setores intensivos em capital, como a grande indústria, no caso dos países em que esta se fazia presente. Diante da ausência da provisão de bens e serviços universais, as maiores cidades passaram a abrigar grandes distorções na esfera do consumo coletivo e no bem-estar público, conformando um grave quadro de pobreza e crise do emprego. Logo, conformou-se uma economia da pobreza, haja vista a proliferação de atividades de pequena escala, domésticas, familiares e individuais, garantindo as condições de sobrevivência da maioria.

Neste contexto, a teoria da modernização ascendeu à forma de análise predominante sobre o desenvolvimento desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao postular a diferenciação entre dois setores distintos nos países periféricos, ou seja, de um setor moderno

e de um setor tradicional, a teoria da modernização consolidava uma visão dicotômica da realidade. A associação do dito “tradicional” ao atraso característico do subdesenvolvimento supunha, ao mesmo passo, a modernidade como padrão a ser seguido pelo conjunto dos países.

A partir desta abordagem, configurou-se um modelo dualista que logo assumiu um valor de paradigma (Kuhn, 1962) para pensar as realidades urbanas dos países subdesenvolvidos. Dentre as proposições analíticas das estruturas das economias do Terceiro Mundo oriundas dos modelos dualistas, aquela que encontrou maior destaque, visibilidade e adesão no plano internacional foi, certamente, a abordagem do setor informal. O aparecimento da expressão “setor informal” é geralmente atribuído ao relatório, do início da década de 1970, de uma Missão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao Quênia e ao artigo de Keith Hart (1972) sobre Gana, contemporâneos entre si. Na visão de Lautier (1994), a informalidade foi, a partir daí, progressivamente associada às abordagens da ilegalidade das atividades urbanas e/ou ao tamanho reduzido da unidade de produção. Logo, tornou-se um “objeto legítimo” de políticas e pesquisas, assumindo, por conseguinte, um status de paradigma na análise da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Para Freitas (2009), a força da abordagem da informalidade reside, sobretudo, no caráter de mediação que ela estabelece entre a reflexão acadêmica e a intervenção prática.

A hegemonia alcançada pelos modelos dualistas e pela abordagem do setor informal é contraposta, no entanto, por uma série de autores que questionam o pretensão universalismo do modelo em voga e propõem

outras leituras da realidade urbana. Dentre estas, destaca-se justamente a teoria dos circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos de Milton Santos. Assim como McGee (1971; 1977) e Slater (1982), referências nesse debate, o autor já havia manifestado sua insatisfação com os modelos dualistas e com o par formal-informal em algumas obras ao longo dos anos 1970 (1971, 1975, 1976). Para Santos (1971; 1975), as designações “moderno” e “tradicional” seriam fonte de ambiguidades, uma vez que as atividades econômicas não se definem pela idade, mas por seus conteúdos em capital e organização. Em sua visão (1976), a noção de organização informal – enquanto oposição à organização formal –, fundamenta-se no conceito de racionalidade de Weber, segundo o qual apenas uma organização formal disporia de racionalidade e eficácia. Conforme a matriz teórica inspirada nesta distinção, a economia urbana dos países subdesenvolvidos seria composta por um conjunto de ações racionais e eficazes em oposição a um conjunto desarticulado de ações irracionais, ineficazes e arcaicas. Na visão de Santos, porém, a economia pobre também funciona lógica e racionalmente, visto que as racionalidades econômicas são sempre múltiplas (MONTENEGRO, 2012).

Na obra “O Espaço Dividido” (1975), Santos propõe uma análise da urbanização do Terceiro Mundo levando em conta tanto sua dimensão histórica quanto a especificidade de seu espaço. Ao analisar o processo de modernização nos países periféricos, parecia-lhe claro que as especificidades de sua urbanização não poderiam ser compreendidas a não ser a partir do impacto das modernizações oriundas dos países centrais, em suas distintas manifestações escalares e nas diferentes etapas do processo produtivo. A modernização da pe-

referia se daria, assim, segundo dinâmicas específicas ao subdesenvolvimento. Daí a importância de mostrar que não se tratava de um mundo em desenvolvimento, mas um mundo subdesenvolvido com suas características próprias.

A proposição de uma “teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial” parte, assim, da busca da compreensão do impacto da modernização tecnológica sobre o espaço do Terceiro Mundo e das conseqüentes especificidades de sua urbanização. Ao confrontar a realidade urbana dos países subdesenvolvidos, Santos propõe, então, que a segmentação em relação às possibilidades de satisfação das necessidades cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo e que estas seriam, por sua vez, a causa e o efeito da existência de diferentes circuitos de produção, de distribuição e consumo nas cidades desses países. Composto não apenas pelas atividades urbanas, mas também pela própria população a elas associadas pelo trabalho e pelo consumo, os circuitos se distinguem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização envolvidos. Quando esses conteúdos são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal¹. Resultado direto das modernizações que atingem o território, seus principais representantes são os bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior, por sua vez,

1 Enquanto parte integrante do circuito superior, Santos (1978, p.80) identifica também a existência de um circuito superior marginal que “pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas”. Assim, esta porção do circuito superior pode assumir um caráter residual ou um caráter emergente.

compreende um resultado indireto da modernização, e engloba conteúdos reduzidos de capital, tecnologia e organização. Enquanto sinônimo de pobreza, o circuito inferior abriga as mais diversas formas de trabalho desenvolvidas pela população de baixa renda nas cidades, ou seja, formas de fabricação de não-capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, entre outras (SANTOS, 1975).

Os circuitos da economia urbana não compreendem, no entanto, sistemas fechados, mas subsistemas do sistema urbano. Enquanto divisões sociais e territoriais do trabalho, estabelecem entre si relações de complementaridade, concorrência e hierarquia, ou ainda, relações verticais e horizontais que se redefinem conforme as determinações do período e o lugar considerados.

USOS DO TERRITÓRIO E DINÂMICAS URBANAS NA ATUALIDADE

Em nossa época, a urbanização compreende a forma e a expressão mais evidente do uso do território. Ao mesmo passo, a cidade se reafirma enquanto lócus de coexistência de múltiplas divisões sociais e territoriais do trabalho. Resultado de um processo contínuo de modernização e conformação de um complexo técnico-científico-informacional, a urbanização contemporânea é determinada pelas demandas das finanças e pelo uso estratégico da informação (HARVEY, 2011; SILVEIRA, 2015). Nesse movimento, o impacto de eventos mundiais e nacionais nas cidades gera e renova constantemente circuitos de produção e consumo (SANTOS, 1975; SANTOS, 1994).

Ao voltarmos o olhar para os dinamismos das grandes cidades brasileiras no período atual, reconhecemos, com efeito, diferentes usos do território em coexistência e em disputa. Compostos por distintos graus de capital, tecnologia e organização, agentes dotados de diferentes poderes de uso do território revelam a composição atual dos circuitos da economia urbana e a complexificação de suas articulações. Portadores da divisão territorial do trabalho hegemônica moderna, os principais representantes do circuito superior, no período atual, compreendem as grandes indústrias, corporações globais e multissetoriais, empresas de consultoria, empresas produtoras de informação e de alta tecnologia, grandes firmas de entertainment, empresas do ramo financeiro (SILVEIRA, 2011), assim como as grandes corporações detentoras de plataformas digitais. O circuito superior contemporâneo se baseia, assim, em conteúdos intensivos em técnica, informação e finanças, ou seja, nas próprias variáveis chave do período da globalização (SANTOS, 1996). Essas mesmas variáveis alcançam hoje um grau de difusão inédito, remodelando as demais divisões territoriais do trabalho, ou seja, os circuitos inferior e superior marginal.

Característica do período atual, a aceleração da expansão e da banalização das variáveis-chave da globalização se revela, entre outros, no alcance da tecnificação do circuito inferior da economia urbana e da financeirização da pobreza. Para Silveira (2015), agentes hegemônicos impõem conteúdos, usos e normas que revelam a natureza determinante das variáveis do período. Esses mesmos agentes têm garantido, assim, a crescente banalização dessas variáveis, tornando-as assim dominantes, haja vista o alcance de sua difusão pelo espaço geográfico. Com o advento da pandemia

da Covid-19 e a aceleração da profusão de eventos de abrangência global, as variáveis determinantes do período reafirmam sua centralidade e o alcance de sua dominação. No bojo desse processo, reconhecemos, contudo, um reordenamento da força e do peso entre elas em favor da dominância da técnica e das finanças, aprofundando os crivos entre os circuitos da economia.

As grandes cidades brasileiras abrigam, atualmente, um processo de empobrecimento e, por conseguinte, de expansão e alargamento do circuito inferior da economia urbana, ou seja, de uma economia da pobreza. Malgrado os avanços sociais alcançados nos anos 2000, a pobreza e a miséria voltaram a aumentar na segunda metade da década de 2010 no Brasil. Com a chegada da pandemia, a crise social e econômica agravou-se, haja vista o aumento do desemprego, a redução da renda do trabalho, a desestruturação de pequenas atividades e o fechamento de empresas no país.

Diante do grau de precariedade de parcela importante da população e da fragilidade do mercado de trabalho, a renda média nas regiões metropolitanas do Brasil atingiu em 2021 o menor nível desde 2012 (Boletim Desigualdade nas Metrôpoles). Em 2021, a renda domiciliar per capita do trabalho nas metrôpoles foi estimada em R\$ 1.326, confirmando a continuidade de um processo de recuo na média de rendimentos desde o início da pandemia. A renda dos 40% mais pobres foi estimada em R\$ 177 nas regiões metropolitanas, apontando, por sua vez, não apenas para um empobrecimento entre os trabalhadores das maiores cidades do país, mas para o aumento da miséria e da fome entre eles. A dificuldade de recuperação da renda do trabalho, aliada ao aumento da inflação e à persis-

tência do endividamento entre os mais pobres, vem levando, assim, a uma diversificação das estratégias de sobrevivência nas cidades.

Neste contexto, a dilatação da capacidade autoinflacionária (McGEE, 1971) aparece como um dos principais indicadores da expansão do circuito inferior, que hoje cresce e se empobrece. Daí a recente multiplicação das formas de trabalho urbanas assumidas pela pobreza nas grandes cidades, explicitada, entre outros, pela retomada do aumento da presença de ambulantes e catadores de material reciclável e pela multiplicação de entregadores e motoristas de aplicativo.

Para além da expansão quantitativa do circuito inferior, dá-se, ao mesmo passo, contudo, uma renovação de suas dinâmicas internas e de suas relações com o circuito superior. A difusão e a assimilação das possibilidades da época atual entre os atores não hegemônicos redefinem os limites e as relações entre os circuitos da economia urbana, que se realizam atualmente em novos termos. A intensidade do arranjo e a interdependência entre as variáveis mudam ao longo do tempo, assim como a própria definição de pobreza, que é sempre histórica e localizada (SANTOS, 1978). Entrelaçados por relações de oposição, complementaridade e hierarquia, os circuitos superior e inferior da economia urbana se encontram hoje, com efeito, profundamente transformados pela aceleração do progresso tecnológico, pelo alcance da financeirização e pela generalização da pobreza em escala global (SILVEIRA, 2019).

No período atual, uma das manifestações da transformação dos dinamismos da economia popular reside no avanço da incorporação das técnicas materiais e imateriais entre os agentes não hegemônicos. A difusão

das técnicas da informação e da comunicação entre a população de baixa renda tem autorizado, com efeito, a tecnificação de atividades “típicas” do circuito inferior, mas também o surgimento de uma série de atividades voltadas à telefonia celular, à informática e a pequenos serviços digitais nos últimos anos (MONTENEGRO, 2014). A ampliação da divisão social do trabalho nesse circuito pode se combinar, portanto, ao alargamento de sua divisão territorial do trabalho, renovando os usos possíveis do território. Já vislumbrada por Milton Santos, a banalização da técnica contemporânea pode ser compreendida, sob essa perspectiva, como uma das manifestações atuais da “flexibilidade tropical” (SANTOS, 1994), derivada da reavaliação da tecnosfera presente nas cidades e do fato de que “as técnicas contemporâneas são mais fáceis de inventar, imitar ou reproduzir que os modos de fazer que as precederam” (SANTOS, 2000, p.165).

Variável determinante do período atual, as finanças também renovam hoje seu alcance social e territorial, estendendo seus instrumentos, serviços, produtos e instituições às populações de baixa renda e às suas localizações no tecido urbano (MONTENGRO e CONTEL, 2017). A recente financeirização da pobreza e de suas atividades envolve, entre outros, a difusão de meios e terminais de pagamentos digitais, a digitalização de serviços bancários, a multiplicação das chamadas *fintechs*, a expansão e desburocratização da oferta de crédito, o aumento da posse de cartões de crédito entre a população de baixa renda, entre outros. Definidas pela lógica da extração (SASSEN, 2022), as finanças vêm garantindo, desse modo, a multiplicação dos canais de drenagem da poupança popular. O avanço do endividamento e da inadimplência entre os agentes

da economia popular revelam, nesse contexto, novos nexos de subordinação ao circuito superior da economia e a consequente prevalência da lógica financeira na gestão da vida cotidiana entre os pobres.

PLATAFORMIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E NOVOS USOS DO TERRITÓRIO

Nas grandes cidades brasileiras, a economia popular vinha assumindo, assim, novos contornos e manifestações desde o início dos anos 2000. No âmbito da economia urbana, porém, essas transformações já em curso em um momento anterior se potencializaram com a pandemia, dado o avanço da tecnificação, da financeirização e da expropriação em novas escalas.

Nessa direção, a ascensão do denominado “capitalismo de plataforma”, enquanto um processo de alcance planetário, implica transformações ao conjunto da economia urbana, as quais se potencializaram no contexto da pandemia. Definido por autores como Srnicek (2017) como a mais nova fase do capitalismo, o capitalismo de plataforma compreende um novo modelo de negócios ancorado em plataformas, no qual a exploração econômica dos dados torna-se vital. Essa nova fase da economia digital é capitaneada por corporações globais multissetoriais que fazem um uso intensivo da tecnologia da informação, dos dados e da internet, haja vista o poder alcançado pelos grupos denominados como GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) e NATU (Netflix, Alibaba, Tesla e Uber).

As transformações mais recentes na economia urbana encontram-se, hoje, diretamente relacionadas às dinâmicas globais do capitalismo de plataforma. Inse-

ridas nas totalidades da formação socioespacial e do mundo, as cidades são totalidades cuja explicação não se alcança em seus limites (SILVEIRA, 2008). Nesse movimento, os nexos do período se geografizam nos lugares (SANTOS, 1996), vetores externos se combinam às dinâmicas em curso e às rugosidades já presentes, redefinindo os conteúdos do território.

Diante de um mundo cada vez mais volátil, cabe à geografia, enquanto campo do saber, reconhecer que a economia urbana está mudando e interrogar as origens, consequências e possibilidades das transformações atuais nas cidades. O lugar confere, dialeticamente, corporeidade ao mundo e ao próprio período, fazendo-se visível no cotidiano concreto. Assim, as determinações de um período regido pela financeirização, pela tecnificação e pela ascensão do capitalismo de plataforma se realizam no lugar, ou ainda, nas cidades, a partir da mediação da formação socioespacial.

O alcance da banalização da técnica contemporânea se revela, entre outros, na conectividade e mobilidade constantes garantidas por smartphones. A posse desses objetos técnicos tem permitido, com efeito, a crescente integração a arranjos de trabalhos mediados por plataformas. Nas metrópoles latino-americanas, diversas atividades encontram-se atualmente reformuladas, adequando-se às dinâmicas de um regime de acumulação financeirizado (CHESNAIS, 2005), no qual as plataformas assumem um crescente protagonismo. Autorizada pela unicidade da técnica contemporânea (SANTOS, 1996) e pela capilarização da internet, a difusão do uso de aplicativos de entregas, transporte e comércio eletrônico tem implicações distintas para os agentes da economia urbana. O contexto de isolamento

social imposto pela pandemia acelerou o processo de digitalização de diferentes esferas da vida de relações, tais como o *home office*, o ensino, o lazer e entretenimento, operações financeiras, compras e entregas. Destarte, uma série de atividades “migrou” para as plataformas, acelerando um movimento já em curso em um momento anterior. Grandes corporações detentoras de plataformas digitais obtiveram, desse modo, uma enorme valorização de suas ações. Ao mesmo passo, o aprofundamento da crise social e econômica no país levou ao aumento das formas de precarização e subemprego.

No bojo desses processos, os dinamismos da pobreza encontram-se em transformação nas grandes cidades brasileiras. Se, em um momento anterior à pandemia, a expansão do consumo, a difusão uso produtivo da técnica moderna e a financeirização entre as camadas de baixa renda já vinham redefinindo as dinâmicas do circuito inferior, hoje esses processos tendem a adquirir novos contornos e extensões. Nesse movimento, um indicador revelador das transformações recentes da economia urbana reside, certamente, no aumento da adesão às formas de trabalho por meio de aplicativos.

Nos últimos anos, a incorporação de novas técnicas informacionais pelos agentes menos capitalizados tem levado ao surgimento de novas atividades na divisão social do trabalho conformada pelo circuito inferior, renovando também suas formas de relação com o circuito superior da economia. Motoristas e entregadores por meio de aplicativos vêm se somando, assim, às novas estratégias de sobrevivência adotadas pelos pobres, seja como atividade exclusiva ou complementar. No contexto da pandemia, esses trabalhadores

ganharam maior visibilidade, dada a importância da categoria para o abastecimento cotidiano. O cenário de queda da remuneração e de aumento do desemprego favoreceu, por outro lado, o aumento da busca por essas formas de trabalho.

Uma parcela importante da força de trabalho urbana passa, assim, a ter suas vidas mediadas por formas contemporâneas de precarização viabilizadas pelo advento dos aplicativos. Estimativas recentes apontam para a existência de 1,4 milhão de trabalhadores entregadores e motoristas de aplicativos no país. O contingente de entregadores de mercadorias e refeições demandados através de aplicativos, cujos ganhos são inferiores aos de motoristas, vem crescendo exponencialmente nos últimos anos, revelando a intensidade da adesão a essas novas modalidades de trabalho. Estima-se que houvesse 30 mil trabalhadores atuando apenas nesta categoria em 2016; no início de 2021, já eram mais de 278 mil entregadores (IPEA, 2021). Enquanto integrantes da dita economia do compartilhamento (MOROZOV, 2015), esses trabalhadores habilitam-se a supostas novas formas de “empreendedorismo” e “parcerias” junto às empresas de aplicativos. Não obstante, conforme apontam autores como Abílio (2020) e Antunes (2020), a suposta liberdade de autogerenciamento do trabalhador por aplicativo envolve a supressão do vínculo empregatício, de direitos trabalhistas e de qualquer tipo de contrato mais estável entre as empresas e os trabalhadores, os quais ainda devem assumir todos os custos e riscos envolvidos na realização da atividade.

Em um mercado supostamente autorregulado, o controle das possibilidades técnicas e normativas pelas

grandes corporações permite mobilizar e desmobilizar a força de trabalho constantemente. Garantidas pela conectividade e mobilidade conferida por smartphones, renovam-se hoje as formas de precarização que agravam a incerteza da remuneração e das condições de vida de agentes não hegemônicos em um contexto de empobrecimento. Definidos por algoritmos, a obrigação da performance e o cumprimento de nebulosos protocolos regem o cotidiano desses trabalhadores na cidade. O grau de controle das ações alcançado pelo sistema técnico contemporâneo, aliado à possibilidade de usufruto do meio construído urbano pelas grandes corporações – a despeito das tentativas de normatização por parte do poder público –, impõe, desse modo, novos usos ao território. Nas palavras de Tozi (2022), confirma-se, no período atual, a verdadeira possibilidade de um uso algorítmico do território. O poder adquirido por empresas como Uber e Ifood no território brasileiro expressa, nessa direção, a conformação de uma verdadeira política das empresas – de que falava Milton Santos (1996) –, uma vez que grandes grupos se apropriam, organizam e controlam os usos do território.

A oligopolização pelas grandes plataformas dos serviços de entrega, cujas demandas se intensificaram ainda mais desde o início da pandemia, vem impondo, ademais, novo crivos de acesso ao mercado para pequenos e médios negócios dos ramos de abastecimento e alimentação. Diante da crescente digitalização das demandas, a adesão aos aplicativos de entregas passa a significar, paradoxalmente, a possibilidade de sobrevivência para pequenos negócios e, ao mesmo tempo, mais um canal de drenagem de seus recursos por parte do circuito superior, haja vista as altas taxas

cobradas aos estabelecimentos pelo serviço de entrega solicitados através de aplicativos. Impõem-se, assim, novos elos de subordinação não só aos trabalhadores que aderem às atividades mediadas pelas plataformas de aplicativos, mas também aos pequenos negócios do circuito inferior e superior marginal em relação ao circuito superior (MONTENEGRO, 2020). Daí a conformação de novos canais de expropriação do trabalho e de drenagem de recursos da economia popular.

O avanço da incorporação das técnicas contemporâneas pela economia popular tem permitido, por outro lado, a emergência de usos não hegemônicos desses objetos técnicos e, por conseguinte, do próprio território. Enquanto expressão da flexibilidade tropical (SANTOS, 1996), certos agentes do circuito inferior da economia logram, hoje, desenvolver seus aplicativos para a realização de diversas atividades, tais como serviços de transportes, entrega de bebidas, alimentos e refeições, de beleza, de educação e até para denúncia de casos de violência. Nesse universo, destacam-se, entre outros, aplicativos criados pelos próprios trabalhadores para atender demandas locais de deslocamento em comunidades carentes da cidade de São Paulo, marcadas pela escassez de transporte público e pela não cobertura por parte das grandes empresas de aplicativos de transporte. Em cidades dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Sergipe, grupos de motoristas também criaram seus próprios aplicativos visando driblar a cobrança das taxas sobre as corridas realizadas pelas plataformas controladas pelas grandes corporações.

Situações dessa natureza revelam como a criatividade inerente à economia popular busca superar a rigi-

dez técnica e organizacional dos algoritmos. O alcance do fenômeno técnico contemporâneo pode engendrar, sob essa perspectiva, a emergência de novos usos que desafiam a hipertelia (SIMONDON, 1958) da técnica advinda do circuito superior. Conforme já vislumbra Santos (2000), a difusão alcançada pela técnica contemporânea abriga a possibilidade de outros usos desses mesmos sistemas técnicos. Em outras palavras, a unicidade técnica comporta, em si mesma, a possibilidade de usos baseados nas necessidades concretas dos atores não hegemônicos que buscam, por sua vez, inverter a lógica da drenagem dos recursos locais por parte de grandes corporações globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período atual, o território e a própria sociedade tornam-se cada vez mais urbanizados. Regida pelos nexos das finanças e pelo uso estratégico da informação, a urbanização implica a emergência de novas contradições inerentes à natureza determinante e dominante das variáveis-chave da atual fase da globalização. Nesse movimento, buscamos compreender certas transformações recentes da economia urbana no território brasileiro, em um contexto de aprofundamento da pobreza e de aprofundamento das desigualdades entre os circuitos da economia. O poder alcançado por corporações multissetoriais globais imprime, hoje, maior intensidade e celeridade à transformação de usos e conteúdos em formações socioespaciais periféricas como o Brasil, daí o nosso esforço em apreender certas dinâmicas em curso e suas implicações. A tecnosfera e a psicosfera, de que nos falava Milton Santos (1996), encontram-se hoje, com efeito, profundamente ressignificadas. A financeirização e a emergência do

denominado “capitalismo de plataforma”, enquanto formas recentes do capitalismo contemporâneo, avançam na consolidação do processo de oligopolização do mercado e do território que alcança, cada vez mais, o plano do cotidiano. A universalização e a unicidade da técnica exercem um papel central nas dinâmicas em questão, revelando como o constante rearranjo entre as variáveis-chave do período, em prol da realização de uma mais-valia global, logra aprofundar a subordinação e a dependência do circuito inferior ao superior em novos patamares.

Sede da coexistência de usos em disputa, as grandes cidades revelam como os agentes são dotados de forças distintas, mas, ao mesmo passo, como o espaço abriga e reúne a todos. Por um lado, as maiores empresas potencializam, hoje, sua capacidade de macro-organização do território, desfrutando de materialidades prévias e impondo transformações segundo seus interesses. Manifestação do vigor de certos usos corporativos do território, as grandes cidades abrigam, ao mesmo passo, a recriação constante de estratégias de sobrevivência por parte dos atores não hegemônicos. A condição oligopolista da cidade é, de fato, um processo que não se completa. Há interstícios na divisão das tarefas e no meio construído que não interessam ao circuito superior, e são justamente estes espaços intersticiais do tecido urbano e da divisão social do trabalho que garantem a reprodução da pobreza e de suas formas de trabalho. As cidades podem, finalmente, ser compreendidas como condição e manifestação do embate permanente entre aqueles que têm no território um abrigo e aqueles que dispõem do território como um recurso (SANTOS, 2000b).

Na formação socioespacial brasileira, a emergência de novos nexos entre os circuitos da economia urbana se realiza em um contexto paradoxal de crescente inserção dos agentes não hegemônicos nas dinâmicas do denominado “capitalismo de plataforma” e de avanço do empobrecimento e de ganho de elasticidade do circuito inferior. Protagonizado pelo fenômeno técnico contemporâneo, a conformação desse cenário nos convoca ao desvendamento de suas implicações sobre as dinâmicas urbanas e o cotidiano da população.

Na medida em que as políticas dos Estados se encontram crescentemente delineadas pelas políticas das empresas, não se comprometendo com a realidade concreta daqueles que têm no território um abrigo, não só o “impasse” da reforma urbana e social no país tende a persistir (MARICATO, 2011), mas a desigualdade tende a se aprofundar, sobretudo em um momento de retrocesso democrático, como o atual.

Revigora-se, nessa direção, a potência abarcada pela geografia enquanto campo do saber para identificar quais os conteúdos do espaço que permitem e garantem a existência dos mais pobres. Em outras palavras, cresce a urgência de aprofundarmos a compreensão do conteúdo geográfico do cotidiano da maioria (SANTOS, 1996). Daí a importância de levarmos adiante o desafio iniciado por Santos na construção de uma economia política da cidade (SANTOS, 1994), que visa compreender, justamente, como o meio construído se organiza face à produção e como os agentes encontram seu lugar no tecido urbano e na divisão do trabalho.

Por fim, se buscamos realizar uma reflexão sobre a potência da geografia de Milton Santos para pensar o mundo contemporâneo, temos o espaço como resulta-

do de processos passados e usos presentes, mas também enquanto condição para outros futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, 2020.

ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. *Revista da ABET*, v. 14, n. 1, 2015.

CHESNAIS, François. *A Finança mundializada. Raízes sociais e políticas, configurações e consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

FREITAS, Alexandre B. De “Setor” para “Economia Informal”: Aventuras e Desventuras de um Conceito. Texto para discussão. Disponível em: [texto_sem_2009_barbosa.pdf](#).

GÓES Geraldo, FIRMINO, Antony e MARTINS, Felipe. A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA). Carta de Conjuntura, nº 53, Nota de Conjuntura 5, 4º trimestre de 2021.

GRIMM, Flavia. *Trajetória epistemológica de Milton Santos. Uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. *Journal of Modern African Studies*. II, 1973, pp. 61-89.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHÂTELET, Francis (org.). História da Filosofia. Ideias, Doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, pp. 221-274.

LAUTIER, Bruno. L'économie informelle dans le Tiers Monde. Paris : Editions La Découverte, 1994.

MABOGUNGE, Akin L. The development process: a spatial perspective. Londres: Hutchinson University Library, 1980.

MARICATO, Ermínia. Impasses da política urbana no Brasil. São Paulo: Vozes, 2011.

McGEE, Therence. The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory. Londres: G. Bell and Sons Ltd., 1971.

McGEE, Therence. The persistence of the proto-proletariat: occupational structures and planning of the future of third world cities. In: ABU-LUGHOD, Janet y HAY, R. (eds.). Third World Urbanization. New York: Methuen, 1977, pp. 257-270.

MONTENEGRO, Marina. A teoria dos dois circuitos de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. Revista Geográfica Venezolana. No. 53 (1). 2012. pp. 147-164.

MONTENEGRO, Marina. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil nas metrópoles brasileiras. São Paulo: Annablume, 2014.

MONTENEGRO, Marina. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. Espaço e Economia, ano IX, n. 19, 2020.

MONTENEGRO, Marina e CONTEL, Fabio B. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo, Eure, 43, 130, 2017, pp. 115-139

MOROZOV, E. Where Uber and Amazon rule: Welcome to the world of the platform. The Observer, n. 7, jun., 2015.

SALATA, Andre R. e RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim Desigualdade nas Metrópoles. Porto Alegre/RS, n. 07, 2022.

SANTOS, Milton. Les Villes du Tiers Monde. Paris : Éditions M.-TH. Génin Librairies Techniques, 1971

SANTOS, Milton. L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin,

Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, Milton. Le circuit inférieur: le soi-disant 'secteur informel'. Les Temps Modernes. 364 (XXX), 1976, pp. 740-755.

SANTOS, Milton. Society and space: social formation as theory and method. Antipode, 9, 1977.

SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia. Um manifesto. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Barcelona, nº 270, janeiro de 2001.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Sassen, Saskia. Lógicas predatórias: indo muito além da desigualdade. Caderno CRH, 35, 2022. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.48850>

SILVEIRA, María Laura. Metrôpoles do Terceiro Mundo: da história ao método, do método à história. In: SILVA, Cátia Antônia e CAMPOS, Andreilino. (eds.). Metrôpoles em mutação. Dinâmicas territoriais, poder e vida coletiva. Rio de Janeiro: Revan, pp. 17-35, 2008.

SILVEIRA, María Laura. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, Cátia Antonia da (org.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 35-51, 2011.

SILVEIRA, María Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. Geousp – Espaço e Tempo (online), v. 19, n. 2, 2015.

SILVEIRA, María Laura. Economia urbana hoje: categorias necessárias para sua compreensão. SANTOS, Erica et. al. (Orgs.). Território, Economia Urbana e Conflitos Territoriais. Rio de

Janeiro: Letra Capital, 2019.

SIMONDON, Gilber. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1958.

SLATER, David. *Capitalismo y Desarrollo Regional*. Publicación del CEDLA. Amsterdam-Netherlands, 1982.

SRNICEK, Neil. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity, 2017.

TOZI, Fabio. Plataformas digitais, digitalização do espaço e uso algorítmico do território: novos conteúdos da pobreza urbana em uma era de experiências neoliberais. In: SILVA, Silvana C.; RODRIGUES, Glaucio B.; RAMOS, Tatiana T. (Org.). *Espaço urbano, pobreza e neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022, p. 59-80.

Marina Regitz Montenegro



Marina Regitz Montenegro é Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Geografia, planejamento e urbanismo pela Université de la Sorbonne-Nouvelle (Paris III), Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP).

Lecionou na Universidade de Brasília (UnB) e no curso de Especialização em Ensino de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Suas produções versam principalmente sobre temáticas relacionadas à economia urbana, pobreza e financeirização. É autora do livro *“Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras”* (Annablume, 2014) e possui artigos e capítulos publicados em revistas e coletâneas nacionais e estrangeiras.

EVENTOS COM MARINA REGITZ MONTENEGRO NO IHU

- [Usos do território e a centralidade da periferia. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos](#)



CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavarese
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Érida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
- N. 53 Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas



- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Arno Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODE – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer



- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montão
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmänn
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini



- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzados – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari



- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D'Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odelso Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirce Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Vigada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moysés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa



- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N. 314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da humanização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati



- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N.336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Avesso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson

 UNISINOS